

# AS HISTÓRIAS LITERÁRIAS PIONEIRAS NO BRASIL OITOCENTISTA

## THE PIONEER BRAZILIAN ROMANTIC LITERARY HISTORIES

Carlos Augusto de MELO\*

**Resumo:** As precursoras representações historiográficas oitocentistas foram as matrizes da Historiografia nacional. E as *Histórias literárias* foram institucionalmente um dos principais veículos discursivos para a invenção e a convalidação de nossa tradição nacional, especialmente, por trazer o selo oficial do patrocínio imperial. Nesse período, diversos historiadores aspiravam concretizar a História oficial da Literatura brasileira. Houve três projetos de História literária concluídos, os de Cônego Fernandes Pinheiro, de Ferdinand Wolf e de Sotero dos Reis. Trago, então, uma leitura crítica sobre tais trabalhos precursores, a partir do pressuposto de serem participantes do sistema historiográfico oitocentista de formação do patrimônio nacional.

**Palavras-chave:** Historiografia – Histórias Literárias – Nacional.

**Abstract:** The Nineteenth-Century historiographical representations were the beginning of national historiography. And the literary histories were institutionally one of the major discursive vehicles for invention and co-validation of our national tradition, specially for bringing the official seal of imperial patronage. During this period, many historians aspired to achieve the official history of Brazilian literature. There were three successful projects, those authored by Fernandes Pinheiro, Ferdinand Wolf and Sotero dos Reis. Therefore, my proposal is to offer a critical reading of these pioneer works based on the assumption that they were participants of the Nineteenth historiographical system of the national patrimony formation.

**Keywords:** Historiographical – Literary Histories – National.

[...] por outras palavras diremos que o nosso fim não é traçar a biografia cronológica dos autores brasileiros, mas sim a história da literatura do Brasil, que toda a história, como todo o drama, supõe lugar da cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama (MAGALHÃES, 1999, p. 33).

As várias Histórias Literárias oitocentistas representaram uma diversidade do pensamento historiográfico oitocentista, mesmo que ainda limitados às correntes historicistas Românticas da época. Essa multiplicidade permite-nos repensar sobre alguns dos juízos totalizantes posteriores a respeito da prática historiográfica literária brasileira oitocentista que, por exemplo, giraram apenas em torno de retomar as

---

\* Doutor em Letras – Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, CEP 13083-859, Campinas, São Paulo – Brasil. Bolsista Fapesp. Professor de Literatura do Departamento de Letras – CCAE – UFPB. E-mail: [carlosaug.melo@gmail.com](mailto:carlosaug.melo@gmail.com).

questões sobre o exacerbado culto nacionalista. Sabemos que, no cerne da escrita da História Literária brasileira, houve um consenso geral de afirmação nacional; por outro lado, as manifestações foram múltiplas e visualizavam o patrimônio literário nacional por meio de olhares particulares, com fins específicos, pois havia “diferentes Histórias Literárias como expressão de diferentes projetos nacionais” (WEBER, 1997, p. 18). O critério de nacionalidade, a análise de obras e autores, a formação do cânone, a funcionalidade da Literatura, foram constituídos a partir das especificidades críticas de seus historiadores. Dessas particularidades é que vamos tratar neste texto<sup>1</sup>.

### *A Trajetória*

É bem conhecida a história das estratégias brasileiras oitocentistas de afirmação de autonomia nacional que estiveram associadas ao sentimento de nacionalidade romântico. Nas Letras, elas são evidentes nas propostas de resgate do passado literário brasileiro, cujo objetivo era construir a ideia de um patrimônio cultural propriamente nacional que pudesse servir como modelo para as produções literárias vindouras. Os textos literários escolhidos eram aqueles que tematizassem os elementos característicos do Brasil, como, por exemplo, as belezas naturais, a “cor local” e os aborígenes. Eles protagonizavam o quadro dos representantes nacionais.

A Historiografia Literária entra em cena para servir de instrumento oficial para a efetivação desta proposta brasileira. Inspirados pelo pensamento de alguns críticos europeus, mais especificamente a partir das contribuições de Ferdinand Denis e de Almeida Garrett, os intelectuais brasileiros se convencem da necessidade urgente de estabelecer quantitativa e sistematicamente o patrimônio cultural nacional. As diretrizes vinham do projeto de História do Brasil do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que Manoel Luís Salgado Guimarães compreende ser:

no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Os veículos de materialização do patrimônio foram os bosquejos, os parnasos, as galerias, os panteões, as histórias literárias, nos quais todo o *corpus* literário pudesse ser (re)conhecido e divulgado. Foi Antonio Candido que, no livro *Formação da Literatura Brasileira* (2007), trouxe um esquema importante para se entender a formação da Historiografia e da crítica literárias brasileiras. Nele, podemos encontrar descritas com exatidão as várias etapas pelas quais passamos antes da suposta efetivação de um projeto de construção das Histórias nacionais. O autor enfatiza o caráter do trabalho coletivo de vários intelectuais, brasileiros e estrangeiros oitocentistas, que em sintonia historiográfica, “reuniram textos, editando obras, pesquisando biografias, num esforço de meio século que tornou possível a sua [de Sílvio Romero] *História da literatura brasileira*, no decênio de 1880” (CANDIDO, 2007, p. 663). Mesmo canonizando a figura de Sílvio Romero, como sendo o primeiro grande sistematizador da História da Literatura brasileira, Antonio Candido atribui também méritos aos participantes das etapas anteriores de nossa Historiografia Literária, sem os quais Sílvio Romero não seria tão bem sucedido, e assim afirma:

Visto hoje, esse esforço semi-secular aparece coerente na sucessão das etapas. Primeiro, o panorama geral, os ‘bosquejos’ visando traçar rapidamente o passado literário; ao lado dele, a antologia dos poucos textos disponíveis, o ‘florilégio’, ou ‘parnaso’. Em seguida, a concentração em cada autor, antes referido rapidamente no panorama: são as biografias literárias, reunidas em ‘galerias’, em ‘panteons’. Ao lado disso, um incremento de interesse pelos textos, que se desejam mais completos; são as edições, reedições, acompanhadas geralmente de notas explicativas e informações biográfica (sic). Depois, a tentativa de elaborar a história, o livro documentado, construído sobre os elementos citados. Na primeira etapa, são os esboços de Magalhães, Norberto, Pereira da Silva; as antologias de Januário, Pereira da Silva, Norberto, Adet, Varnhagen. Na segunda etapa, as biografias, em série ou isoladas de Pereira da Silva, Antônio Joaquim de Melo, Antônio Henriques Leal, Norberto; são as edições de Varnhagen, Norberto, Fernandes Pinheiro, Henriques Leal, etc. Na terceira, os ‘cursos’ de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, os fragmentos da história que Norberto não chegou a escrever (CANDIDO, 2007, p. 663).

No que se diz respeito à primeira fase, o primeiro trabalho brasileiro significativo foi o *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, entre 1829 e 1831, obra espelhada na publicação de Almeida Garrett, o *Parnaso Lusitano*, de 1826. Daí por diante, a etapa antológica adquire força, principalmente com o *Parnaso*, de Pereira da Silva, e o *Florilégio*, de Varnhagen. Vale lembrar que, nessa fase de *parnasos*, como poderíamos denominá-la, os intelectuais não ficaram apenas tentando compilar textos e escrever biografias, mas também se incumbiram da tarefa de traçar uma teoria da

História da Literatura do Brasil, cujo precursor foi o poeta Gonçalves de Magalhães quando publicou o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”<sup>2</sup>, na *Niterói*, em 1836.

O desenvolvimento do trabalho de compilação do *corpus* literário brasileiro teve como resultado a formatação das primeiras manifestações de História Literária, nas quais a sistematização do patrimônio literário brasileiro evidenciava a existência do conjunto possível de uma Literatura nacional e a possibilidade de proclamar a autonomia cultural. Esse esforço conjunto de uma geração de estudiosos instituiu a invenção da tradição literária, que figurasse como símbolo identitário da jovem nação, a partir de elementos que, enlaçados imaginariamente dentro da linha histórica, levam (in)voluntariamente à união e ao progresso.

Houve várias tentativas de escrita da História Literária nacional. Primeiramente, destacam-se os trabalhos dos estrangeiros, publicados quase todos antes da independência política da colônia brasileira. Devido ao período histórico, essas narrativas escreviam a História da Literatura portuguesa, considerando a produção da colônia brasileira também como suas representantes, ou seja, produtos que vinham enriquecer ainda mais a História da Literatura lusitana. Das narrativas estrangeiras, sobressai-se o *Resumo da história literária de Portugal, seguido do resumo da história literária do Brasil* (1826), de Ferdinand Denis, devido à consistência de seu ponto de vista em relação à representação literária brasileira. Ele trouxe um trabalho de análise sobre os autores e obras brasileiros e, mesmo vendo a Literatura brasileira como integrante da Metrópole, realiza sua investigação à parte do conteúdo português. Nesse livro, a Literatura brasileira encontra-se numa parte específica destinada a nossa Literatura. Até o momento, para muitos críticos e historiadores, a narrativa de Ferdinand Denis protagoniza a categoria de “manifesto literário” que serviu de direcionamento e de incentivo para o melhoramento prospectivo da situação cultural do país. Além disso, acresce-se ao caráter de “manifesto literário” o viés ensaístico da obra, na qual se constrói uma reflexão pessoal e individual a respeito dos aspectos específicos de alguns dos nossos escritores e obras mais representativos.

Entre os historiadores brasileiros, a figura de Norberto é ressaltada pelo seu esforço como historiador da Literatura e pelo projeto de construir a primeira História da Literatura brasileira escrita por um brasileiro. Em 1840, o historiador Norberto escreveu o *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, publicado no *Despertador* e, em 1841, foi inserido em *Modulações Poéticas*. O bosquejo trouxe uma periodização do fenômeno

literário nacional, valorizando especificamente à produção poética. Américo Miranda considera Norberto “o primeiro a propor, em bases razoáveis, uma divisão da história da literatura brasileira em períodos” (MIRANDA, 1997, p.11), aprofundando os trabalhos de Ferdinand Denis e Gonçalves de Magalhães. Antonio Candido afirma que o bosquejo foi “a primeira tentativa de distinguir períodos configurados em nosso passado literário” (CANDIDO, 1971, p. 335), a partir de uma sistematização válida dentro dos propósitos historiográficos oitocentistas. Por outro lado, Candido, Américo e outros críticos defendem a ideia de que a proposta norbertiana não passou da escrita de *bosquejo* que servia de introdução ao livro de poesias. Norberto, invejável historiador brasileiro, considerado por Antonio Candido, “um rato de arquivo” (CANDIDO, 1988, p. 21), ou mais, “a figura central da crítica romântica, pela operosidade e constância com que se dedicou ao estudo da nossa história literária” (CANDIDO, 1971, p. 334), tentou publicar, nas páginas da *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e da *Revista Popular* (1859-1862), os capítulos projetados da *História da Literatura Brasileira*. O plano foi compor uma obra completa sobre a História da Literatura nacional que convalidasse a História da nação brasileira, como afirma Nelson Schapochnik:

Partindo do princípio de que ‘um povo que não tem uma literatura chegará dificilmente a ser uma nação’, Joaquim Norberto de Sousa e Silva corroborava a utilização das obras literárias como documentos que poderiam ser utilizados para representar a história. Desta forma, a história da literatura passaria a ser concebida como um capítulo da história nacional, e as obras literárias como um reflexo ou ilustração da história (SCHAPOCHNIK, 1992, p. 51).

O historiador estava preocupado com a oficialização de uma História literária no Brasil (e, aqui, o que pode querer dizer nas entrelinhas que ele mesmo não considerasse o *Bosquejo* propriamente uma História). Norberto idealizou uma História Literária bastante interessante do ponto de vista da reflexão e teoria nacionalistas, conforme podemos aferir por meio de seu ensaio “Literatura Brasileira” (SOUZA E SILVA, 1862, p. 261) na referida revista. Esse projeto historiográfico pioneiro fracassado, uma vez que houve a impossibilidade, por razões diversas, de reunir os capítulos num volume e de concluir os outros planejados. O trabalho conjunto de homens letrados oitocentistas só se consolidou no momento em que houve as primeiras sistematizações consistentes e conclusas a respeito da unidade da História da Literatura nacional. São Histórias Literárias que, do ponto de vista de Erich Auerbach, compreendem:

cada fenômeno e cada época em sua própria individualidade, e buscando, ao mesmo tempo, estabelecer relações que existem entre

eles, compreender como uma época emergiu dos dados da que a precedia e como os indivíduos se formam por via da cooperação das influências de sua época e meio com seu caráter peculiar (AUERBACH, 1972, p. 31).

Remetemos, então, às obras escritas pela tríade Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871), respectivamente: o *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862); *O Brasil Literário* (1863); e o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* (1866-1873). Elas participam do exercício historiográfico geral a serviço do poder imperial, envolvem-se em questões diplomáticas e políticas civilizatórias, relacionam-se com o saber didático e institucional, trazem modelos de historiografia que combinam a tradição retórica com o pensamento cientificista em voga naquele período. O aparecimento de Histórias Literárias do Brasil foi estimulado pela preocupação nacionalista do poder instituído, cujo regulamento tentava organizar o país e prepará-lo para a constituição de uma nação brasileira ordeira e civilizada. Elas são baseadas nos parâmetros historiográficos do grupo de historiadores oficiais do Instituto Histórico. A falta de documentação estimulou fortemente o grupo de intelectuais do Império que, paralelamente à tarefa historiográfica geral, coletou o material literário possível para a conclusão do projeto nacional, realizado, como vimos em Antonio Candido, em algumas etapas sucessivas. Outro aspecto a se considerar é que, diante da preocupação maior no que diz respeito à consolidação efetiva da História Geral do Brasil parece ser coerente que a História da Literatura, como apêndice subsequente da outra não se torne o centro das atenções de nossa intelectualidade.

Poucos tiveram fôlego suficiente para assumir com seriedade a tarefa de escrever uma História sistematizada do conjunto do passado literário brasileiro. Havia mais manifestações ou propostas historiográficas do que narrativas históricas propriamente ditas. Não havia materiais consistentes que pudessem fazer um estudo historiográfico detalhado, o qual envolvia muito mais do que a tarefa de estipular datas e períodos a respeito dos mesmos e inseri-los num quadro de periodização histórica concreto. Nesse caso, a reflexão de Gonçalves de Magalhães, voltando à epígrafe do capítulo, demonstra o conflito do historiador:

[...] por outras palavras diremos que o nosso fim não é traçar a biografia cronológica dos autores brasileiros, mas sim a história da literatura do Brasil, que toda a história, como todo o drama, supõe lugar da cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama (MAGALHÃES, 1989, p. 35).

A História da Literatura Brasileira requeria, portanto, uma metodologia própria de estudo do material literário; e, por mais que fosse o espírito da época tratar a Literatura como produto histórico em detrimento da literariedade do texto, a Historiografia e os métodos da nascente crítica literária entrelaçavam-se. Havia urgência também em função da política educacional e do funcionamento do ensino brasileiro. O currículo de História da Literatura carecia de um material de estudo.

### *A Tríade*

Tratando-se daqueles três pioneiros modelos de História Literária no Brasil, quais foram algumas das soluções então que puderam oferecer? A década de 1860 foi decisiva. Foram respostas praticamente simultâneas que tivemos. Havia três obras recém-saídas do prelo que tentavam resolver a carência dos estudos historiográficos sobre a Literatura nacional. Uma em 1862, outra em 1863 e, por fim, em 1866 (até 1873). Os seus autores eram personalidades distintas dentro do ambiente cultural brasileiro e internacional, respectivamente Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871). O primeiro era pertencente do centro político e cultural brasileiro<sup>3</sup> e de algumas instituições oficiais do Estado Nacional oitocentista. O segundo, um olhar estrangeiro, pesquisador e divulgador da Literatura brasileira e latino-americana na Europa. O último advinha dos olhares afastados do centro fluminense e determinados pelo espírito cultural da província maranhense.

Eles apresentaram estratégias historiográficas diversificadas para resolver os problemas específicos de representação histórico-literária do país. Os cursos de Literatura, tanto de Cônego Fernandes Pinheiro quanto de Sotero dos Reis, funcionaram como caminhos alternativos para o ensino de Literatura nos institutos de ensino do Brasil. O trabalho de Ferdinand Wolf pode ser visto como uma estratégia do poder imperial de inserção da cultura da recém-formada “civilização brasileira” no ambiente modelo de cultura “civilizada”, o europeu.

Com as propostas desses três historiadores, a História Literária brasileira começou a ter um corpo mais definido. Desde 1862, os interessados pela Literatura brasileira poderiam consultar tais obras que ofereciam propostas concretas a respeito do processo de formação da Literatura nacional. Os brasileiros, Cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, escreveram as narrativas históricas, a partir dos saberes educacionais

de “fora”, o dos europeus, em outras palavras, o dos franceses e dos portugueses; a do austríaco, Ferdinand Wolf, livre das amarras didáticas<sup>4</sup>, aderiu às propostas historiográficas dos brasileiros Magalhães e Norberto. Cônego Fernandes Pinheiro baseou-se na metodologia e periodização do compêndio português de Borges Figueiredo e Sotero dos Reis teve influência direta da obra do professor francês, Villemain.

Os três definiram seus métodos, tendo em vista proporcionar uma visão de conjunto da Literatura nacional, como formadora do espírito nacional e, como queria Ferdinand Wolf, afirmar “o lugar que lhe [a Literatura do Brasil] compete na História das Literaturas nacionais” (WOLF, 1955, p.3). As Histórias Literárias de Cônego Fernandes Pinheiro e de Sotero dos Reis aproximam-se enquanto postulados didáticos gerais em defesa da educação cívica, monárquica e nacional dos estudantes brasileiros e ainda pelo espírito nacionalista-conservador que fazia crer na necessidade do estudo compartilhado entre as Literaturas de Portugal e do Brasil. Elas se afastam na medida em que adotam perspectivas metodológicas diferenciadas de compêndio didático de aplicação da leitura e análise literária das obras, ou seja, de seus postulados críticos. O estrangeiro Ferdinand Wolf possui uma obra diferenciada em comparação às dos professores acima, mais pelos aspectos conceituais do que metodológicos. *O Brasil Literário* é uma obra sem pretensões didáticas (mesmo que, como afirmamos acima, venha a ser compêndio escolar nos colégios brasileiros do século XIX e a diferenciação do que seja compêndio e História Literária fosse incerta). Ele propõe historiar apenas do patrimônio literário dito brasileiro que, conforme afirmação de Roberto Acízelo, é o “primeiro livro inteiramente dedicado à história da literatura brasileira” (SOUZA, 2007, p. 31).

No século XIX, havia quase um consenso por parte dos intelectuais brasileiros de que os compêndios didáticos distinguiam-se das narrativas mais especializadas, a História Geral, a História do Brasil e a História da Literatura. Serviam como suplentes das Histórias mais reconhecidas. Os dois historiadores brasileiros estudados aqui escreveram obras didáticas, mas que, aos olhos de hoje, funcionaram propriamente como Histórias Literárias em comparação às demais produções da época, como os bosquejos ou florilégios. A composição de compêndios didáticos parecia resolver a carência de material historiográfica. Era urgente a adoção de manuais didáticos oficiais de estudo sobre a Literatura nacional. O uso de manuscritos não era suficiente. Os nacionalistas necessitavam de uma narrativa que oficializasse a História da Literatura



nacional. Um compêndio traria a organização do conjunto literário e dos resumos panorâmicos dentro dos princípios cronológicos nacionais que, de acordo com Carpeaux (1959, p. 23), foi “a outra descoberta do romantismo – é puramente formal; não tem conteúdo ontológico”. Cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis explicitaram seus objetivos didáticos que caracterizavam os cursos de Literatura, a partir declarações introdutórias e expressões lexicalmente demarcadas ao longo dos mesmos.

O método escolhido foi o uso dos princípios cronológicos. Os livros de Cônego Fernandes Pinheiro, de Sotero dos Reis e de Ferdinand Wolf são arquitetados dentro da estrutura de periodização, organizando as mais diversas manifestações literárias brasileiras numa sequência estanque temporal que “nos aparece através do tecido das datas cronológicas”, demarcando a corrente herderiana do “conceito de ‘Literatura nacional’, como a expressão mais completa da evolução espiritual do espírito de uma nação” (CARPEAUX, 1959, p. 21). Havia o sentido histórico de que reconstituíam as origens da Literatura nacional e estabeleciam as etapas de desenvolvimento, com o espírito de cada época e sua atmosfera particular de cada período. A reunião de variedades literárias condizia com a afirmação do conjunto da Literatura e alimentava o espírito quantitativo de afirmação nacional.

Nessas três histórias literárias, percebe-se que os autores se utilizam dos padrões históricos de classificação, ordenação e periodização de acordo com a perspectiva de tempo da História Política. A Literatura representa um produto histórico com

causas determináveis – a subjetividade dos autores e/ou os processos sociais -, atribuindo-se como tarefa a ultrapassagem dos textos em busca de suas motivações primeiras, das quais eles seriam reflexos secundários (SOUZA, 2003, p.142).

A divisão de períodos fechados é marcada por meio da sequência contínua da Literatura no tempo histórico, dentro dos limites da “origem” até a contemporaneidade do autor. Os períodos literários encaixam-se nos dos acontecimentos políticos concernentes aos propósitos da constituição nacional. Trata-se da dependência da Literatura à História Política em que os melhores ou piores momentos de expressão literária justificam-se sempre pelo sucesso do andamento político do país. Cônego Fernandes Pinheiro diz que “a decadência da litteratura portugueza ao dominio hespanhol, que por sessenta annos enervou as forças e abateu os brios dos netos de Viriato”<sup>5</sup> (PINHEIRO, 1862, p. 176). Sotero dos Reis também afirma que, depois do século XVI, Portugal “começará elle a decahir de tamanho esplendor, e as letras com elle, pela fraqueza dos sucessores dos dous grandes reis D. João II e D. Manoel I”

(REIS, 1866, p. 35). Ferdinand Wolf alega que, na segunda metade do século XVIII, houve um “novo surto da literatura no Brasil sobretudo em consequência da boa administração de Pombal” quando o “Rio de Janeiro é declarado residência do vice-rei, o que cria um novo centro literário” (WOLF, 1955, p. 74). Tanto a ausência de elementos da natureza brasílica quanto o culto das estruturas literárias clássicas, trazidas dos poetas portugueses, demarcam a dependência política e literária do Brasil. Outro fato é que, por exemplo, há o consenso de que só com a emancipação política houve meios de se constituir, nas palavras de Sotero dos Reis, “a nascente, e já brilhante litteratura brasileira propriamente dita” (REIS, 1866, p. 286). Cônego Fernandes Pinheiro acredita que os eventos pós-independência chegam a atrasar o processo de emancipação da Literatura brasileira, postergando-o para 1836. Daí que é necessário entender o princípio de Literatura nacional que as guia na medida em que são projetos Românticos de uma História nacional.

No *Curso Elementar*, a nacionalidade da Literatura define-se a partir dos estreitos laços políticos coloniais. O Cônego acreditava que a Literatura brasileira era um ramo da Literatura Portuguesa. A utilização do termo “literatura nacional” não possui precisão que demarque, por exemplo, um significado mais restrito à produção brasileira especificamente. Os escritores e as obras aparecem nos capítulos conjuntamente. Sotero dos Reis é mais objetivo já revelado pelo título “Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira”. O uso do aditivo “e” entre os predicados *Portuguesa e Brasileira* revela a presença compartilhada das Literaturas, mas nitidamente separadas no corpo do texto, por meio da divisão dos volumes e dos capítulos. Dessa nacionalidade compartilhada, possível posicionamento lusófilo, constrói-se um discurso crítico equânime, qual seja, a nacionalidade literária é definida pelos marcos históricos da independência romântica em 1826. O critério de nacionalidade de Ferdinand Wolf afasta-se da perspectiva lusófila. Ele estabelece uma metodologia crítica sobre a unidade nacional, estudando apenas as expressões literárias ditas brasileiras. O título “O Brasil Literário” adjectiva, define e delimita a nação brasileira.

Essas Histórias Literárias reúnem as produções literárias que devem ser enquadradas nos blocos de periodização com denominações de períodos e épocas políticas, conforme a representação dos escritores, de nacionalidade e dos gêneros literários. As obras dos escritores são classificadas de acordo com os padrões da retórica e da poética. Há preferência pelo gênero poesia, justificada geralmente por se tratar de questões históricas. Sotero dos Reis esclarece que:

Na apreciação dos modelos propostos para estudo devem por via de regra ter a primazia os poetas, não só pelo natural atractivo da poesia, que convida a estudal-os, e suavisa o trabalho dos que aprendem, como por sua precedencia na ordem chronologica de qualquer litteratura, conforme o atesta a historia. Em quasi todas as linguas, ou antes em todas ellas, os poetas procedêrão aos prosadores, quer historiadores, quer oradores, quer philosophos, quer de outro genero; e em quase todas as litteraturas forão os poetas os que mais concorrêrão para o aperfeiçoamento da respectiva linguas. Adstrictos á regras que não podem ser violadas, como a do metro, a da harmonia imitativa, a da consonancia sustentada, veem-se elles obrigados a apanhar e incluir o pensamento, si assim me posso exprimir, em certos conceitos breves; e no que respeita ao estylo [...]. É incontestável a prioridade dos poetas sobre os prosadores (REIS, 1866, p. 8-9).

O gênero poético engloba obras nas categorias tradicionais: poesia lírica, didática, dramática e épica. Os outros gêneros trabalhados são romance, diálogos, oratória, biografia, historiografia, viagens, tradução e teatro. Cônego Fernandes Pinheiro foi quem mais esteve preso à sistematização dos gêneros poéticos, como critério rígido de representação literária. No *Curso Elementar*, a classificação dos gêneros literários seleciona os nomes de autores e obras, especificando cada época literária e permitindo organizar os títulos das lições/ dos capítulos. Nas terceira, quarta e quinta épocas literárias, selecionaram-se representantes dos gêneros literários, como subitens dos capítulos nessa mesma sequência de apresentação abaixo: 1. Gênero Lírico: Espécie bucólica; Espécie lírica, Espécie elegíaca, Espécie didática, Espécie satírica e Espécie epigramática; 2. Gênero Didático: Espécie didática e Espécie epigramática; 3. Gênero Épico; 4. Gênero Dramático; 5. Romance; 6. Diálogos; 7. Oratória; 8. Epistolografia; 9. Biografia; 10. Historiografia; 11. Viagens;

As Histórias Literárias de Sotero dos Reis e de Ferdinand Wolf valorizam os nomes dos escritores como expressão literária de cada época ou período da Literatura. Os olhares se voltam para as particularidades de produção de cada escritor estudado. No *Curso de Literatura*, Sotero dos Reis sintetiza cada seção, informando que, por exemplo:

Compreende-se os poetas do primeiro periodo litterario que decorre desde fins do seculo XIII até meados do século XVI. El-rei D. Diniz; sua biographia; seu Cancioneiro; apreciação de algumas de suas trovas; origem provavel de certos termos provençaes ou catalaes, que nellas se encontrão. Bernadim Ribeiro; sua biographia; [...] (REIS, 1866, p. 282).

Ferdinand Wolf adota essa técnica de apresentação resumida para cada capítulo d'*O Brasil Literário*. Os gêneros aparecem compartilhando espaço com outras

características temáticas, como o elemento cristão, o caráter panegirista, a eloquência, etc. O destaque está na “lista dos poetas brasileiros consideráveis, cujas obras chegaram até nós [...]” (WOLF, 1955, p. 28). Bosi entende que a frequente classificação baseada em gêneros literários demonstra a permanência do “juízo neoclássico da adequação da escrita aos modelos antigos ou renascentistas” num momento em que os Românticos passavam a substituir

*o critério formal de beleza do ideal clássico pelo critério histórico do valor representativo dos autores e obras. O texto passou a valer pela sua capacidade de rerepresentar os caracteres que se supunham próprios da sociedade que o gerou (BOSI, 2002, p. 10)*

A Literatura percebida como produto histórico passa pela avaliação e julgamento da crítica literária ainda arraigada às lições de Retórica e Poética. A nascente crítica oitocentista “consistia apreciar a conformidade de um texto às regras do gênero respectivo”, mas também “como decorrência da revolução romântica, a crítica se torna pessoal e arbitrária, quando muito fixando como critério de qualidade noções vagas como autenticidade emocional ou verismo figurativo” (SOUZA, 2003, p. 145). Os pontos geralmente ressaltados são a correta adequação do estilo literário à proposta poética, a variedade dos gêneros literários, o “correto” uso dos aspectos formais como figuras de linguagem, rimas, metrificção, o grau de transmissão das emoções, sentimentos e ideias, a apresentação de moralidade dos pensamentos, a verossimilhança transmitida por meio da vivacidade e da beleza de imagens poéticas.

### *O Cânone Nacional*

Além disso, podemos pensar essas Histórias Literárias como configuradoras dos cânones literários nacionais. Geralmente, as Histórias Literárias aparecem como um mecanismo narrativo histórico de sistematização do conjunto da produção literária do passado, em que se adota uma perspectiva evolutiva da Literatura, em uma linhagem temporal, organizando autores e obras por suas características em comum de um referente intra ou extra-literário. Todo esse mecanismo fundamenta-se em um *recorte* do fenômeno literário (e os critérios de seleção podem variar de narrativa para narrativa), por meio do qual, inevitavelmente, alguns serão deslocados do seu meio e, “gloriosamente”, serão levados ao patamar superior dos legitimados ou, pelo contrário, caminharão em direção à margem da Literatura. Esse *recorte* consegue permanecer por gerações, tendo em vista que participa de um veículo institucional próprio para o

direcionamento da leitura de futuros leitores quando aplicados ao ensino de Literatura. Esse fato acontece pelo fato de que, na maioria das vezes, essas narrativas históricas funcionam como manuais de ensino de Literatura para a formação da mentalidade cultural e literária dos estudantes em geral.

De maneira geral, o princípio de formulação historiográfica brasileira é reflexo do momento Romântico de configuração da unidade nacional do país. As leituras historiográficas do passado literário direcionavam-se para o resgate quantitativo dos nomes de escritores e obras que formavam a possível tradição da Literatura brasileira. O recorte é nacionalista. O critério de julgamento envolvia basicamente a avaliação da expressão de nacionalidade através dos aspectos temáticos. O valor estético da obra era a construção de imagens ou, como diziam, de “pinturas de quadros” dos elementos característicos brasileiros que permitiam afirmar a “physionomia propria que caracterisava os poetas americanos, e que os extremava de seus irmãos de além-mar” (PINHEIRO, 1883, p. 567) O culto da natureza, os traços indígenas, eram o gosto literário da época. O escritor do passado consagrava-se no cânone brasileiro se tivesse manifestado esse gosto nacionalista.

No caso das três Histórias Literárias, a construção do cânone brasileiro esteve condicionada aos passos desse pensamento nacionalista. A seleção envolve a expressão literária dos escritores nacionais, que trazia assuntos especificamente brasileiros, transmitida através das diversas formas literárias, desde a poesia à historiografia. Muitos escritores também eram representantes dessa diversidade de gênero literário. A reunião da variedade literária confirma novamente a concepção quantitativa de afirmação nacional daqueles historiadores literários. Os historiadores literários Cônego Fernandes Pinheiro, Ferdinand Wolf e Sotero dos Reis estavam cientes da prática da construção do cânone literário que prestigiavam alguns e silenciavam outros. O mais importante é que sabiam dos critérios de seleção. As justificativas eram sempre as mesmas. Pela característica resumida dessas Histórias Literárias, eles eram conduzidos ao processo classificatório da Literatura, guiado, como fez Cônego Fernandes Pinheiro, pela escolha de escritores “que se tornarão mais notáveis pela importancia de suas obras” ou, ainda, “o que mais digno nos parecer de estudo e imitação, preferindo sempre as obras que gozam de mais geral e incontestada reputação” (PINHEIRO, 1862, p.195). Ferdinand Wolf se desculpava pelo rigor da seleção e conclui:

Nossos leitores compreenderão termos passado em silêncio grande número de nomes, e que o nosso dever de historiador poderia ter-nos obrigado a cita. Não mencionaremos senão aqueles que se elevaram

acima do nível ordinário, e seguiram um caminho que pode servir para caracterizar o período (WOLF, 1955, p. 323-324).

Ferdinand Wolf não foi tão criterioso como poderia parecer. Das três Histórias Literárias, *O Brasil Literário* parece ser a mais ampla em relação à reunião de escritores. No pequeno volume, concentram-se mais de cinquenta nomes que ora são estudados detalhadamente ora apenas mencionados em algumas linhas, sob o título de “outros poetas”, por exemplo. Paralelamente, percebe-se então que Ferdinand Wolf constrói dois cânones da Literatura brasileira, dos poetas “elevados” e dos “outros poetas”. Pela idéia de cânone, diríamos os poetas “maiores” e os “menores”, ou melhor, os “poetas cânones” e os “poetas marginalizados”. Por aparecerem, estes últimos merecem algum grau de “elevação” ou “reputação” em comparação àqueles nem citados, os silenciados pelo cânone wolfiano; todavia, pelo que se leva a crer, aparecem mais devido à tentativa de ilustração da História Literária do Brasil do que valorização literária.

Os nomes em ordem de aparição são: Bento Teixeira Pinto, Gregório de Matos, Eusébio de Matos, Bernardo Vieira Ravasco, Manuel Botelho, Jorge Borges de Barros, João Álvares Soares, Diogo Grason Tinoco, D. Joana Rita de Souza, João Brito de Lima, Gonçalves Soares de França, Bartolomeu Lourenço, Fr. Francisco Xavier de Santa Teresa, Frei Manuel de Santa Maria Itaparica, Manuel de Santa Maria, Prudêncio do Amaral, Sebastião da Rocha Pita, Antonio José da Silva, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, José Francisco Cardoso, Cláudio Manoel da Costa, Tomaz Antonio Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Domingos Vidal, João Pereira da Silva, Antonio Mendes Bordalo, Joaquim José da Silva, Domingos Caldas Barbosa, Francisco de Melo Franco, Bento Figueiredo Terreiro Aranha, Manuel Joaquim Ribeiro, Joaquim Ignácio de Seixas Brandão, José Inácio da Silva Costa, PE. Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas de Sabará, Antonio Pereira de Souza Caldas, Francisco de S. Carlos, José Elói Otoni, José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Vilela Barbosa, Marques de Paranguá, Manuel Alves Branco, Visconde de Caravelas, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, Paulo José de Melo Azevedo e Brito, José da Natividade Saldanha, Luiz Paulino Pinto da França, Joaquim José Lisboa, Gaspar José de Mattos Pimentel, Januário da Cunha Barbosa, Padre Silvério de Paraopeba, Ladislau dos Santos Titara, João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Álvaro Teixeira de Macedo, Francisco Bernardino Ribeiro, Antonio Augusto de Queiroga, Monte Alverne, Mariano José Pereira da Fonseca, Marques de Maricá, Antonio de Moraes e Silva, Domingos Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-alegre, Gonçalves Dias, Joaquim

Manuel de Macedo, Manuel Odorico Mendes, Joaquim Norberto, Teixeira e Souza, Joaquim José Teixeira, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Firmino Rodrigues, Antonio Joaquim de Melo, Francisco Otaviano Almeida Rosa, PE. José Joaquim Correia de Almeida, José Bonifácio de Andrada e Silva, João Silveira de Sousa, Martins Pena, Ernesto Ferreira França, Joaquim Norberto, Varnhagen, Luis Antonio Burgain, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Candido José da Mota, Pinheiro Guimarães, Luis Vicenti de Simoni, Pereira da Silva, José de Alencar, irmãos Antonio Carlos e Martim, Francisco Ribeiro de Andrada, Lino Coutinho, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Visconde de Jequitinhonha e Lopes Gama.

Cônego Fernandes Pinheiro seleciona um número bem menor de escritores. Chega a vinte e dois nomes. Essa restrição é entendida pela proposta da obra. O quadro era composto mais por representantes portugueses que brasileiros. Havia também a rigidez dos critérios de avaliação poética que pressupunha avaliar basicamente as obras que exemplificassem os padrões das aulas de retórica e poética. Estudando a obra de Basílio da Gama, dizia que “Lembremos aos alumnos de rhetorica que aqui encontrarão tambem o feliz emprego das figuras *reduplicação* e *anaphora*” (PINHEIRO, 1862, p. 419). Pela ordem, estão Manoel Botelho, Gregório de Matos, Rocha Pita, Sousa Caldas, Tomas Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga, Cláudio Manoel da Costa, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Souza, Joaquim Norberto, Joaquim Manuel de Macedo, Dutra e Melo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Pereira da Silva, Varnhagen, João Francisco Lisboa. Já Sotero dos Reis reduz o cânone ao máximo, reflexo da “forma mesmo de uma mais arguta leitura dos textos, na seleção estrita [...]” (BARBOSA, 1996, p. 29). De todo o livro, são dez escritores brasileiros estudados, detalhados na biografia e na análise das principais obras. A seleção revela um cânone mais regionalista em que, dos dez escritores, quatro são maranhenses: Manoel Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Antonio Henriques Leal e João Francisco Lisboa. Os demais são: Santa Rita Durão, José Basílio da Gama, Sousa e Caldas, Marques de Maricá e Monte Alverne.

Desse modo, percebe-se que, nessas narrativas, o cânone é dividido em dois momentos. Um está no passado colonial, mais reduzido; e outro, na contemporaneidade dos autores, mais amplo e revelador. Nessas Histórias Literárias, os quadros canônicos são bem variados. Há, porém, os nomes mais recorrentes que oferecem dados para a formação do primeiro cânone literário nacional. São os escritores Manuel Botelho, Gregório de Matos, Rocha Pita, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Cláudio Manoel da

Costa, Gonzaga, Silva Alvarenga, Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Manoel Odorico Mendes, Joaquim Manoel de Macedo, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Varnhagen, João Francisco Lisboa, Norberto, Pereira da Silva e Teixeira e Souza.

O marco está em Manuel Botelho. Ele é o primeiro brasileiro que aparece nas histórias de Cônego Fernandes Pinheiro e de Ferdinand Wolf. Sotero dos Reis o silencia completamente. Para aqueles dois historiadores, o valor de Manuel Botelho é apenas histórico pelo pioneirismo de publicação em comparação, de acordo com Wolf, a “outros poetas brasileiros mais importantes que ele” (WOLF, 1955, p. 42). Outros poetas como os irmãos Matos. Esse desmerecimento literário ocorre por consequência dos vícios estilísticos do Gongorismo que impedia a independência completa dos valores nacionais cultivados. Cônego atribui-lhe a posição de “patriarcha da poesia brasileira e um dos precursores dos Srs. Magalhães e Porto Alegre”, porque foi quem publicou as primeiras poesias que permitiam afirmar que a Literatura brasileira tomava “uma physionomia propria, aspirava um cunho d’originalidade, que ainda não pode totalmente alcançar” (PINHEIRO, 1862, p. 188 e 192). A única poesia destacada é a “Ilha de Maré” por ser “uma descrição um pouco longa e às vezes muito prosaica da Ilha de maré, perto da Bahia, mas onde as passagens relativas aos encantos da natureza dos trópicos emprestam uma cor a um tempo poético e local, que não se pode deixar de admirar” o que “lhe assegurou um lugar honroso na história da literatura brasileira” (WOLF, 1955, p. 43).

Essas Histórias Literárias trazem cânones literários construídos pela perspectiva de progressão nacionalista dos autores e das obras. O aparecimento deles é gradativo à medida que se aproxima dos momentos de afirmação nacional oitocentista, com o aparecimento das primeiras produções românticas. Dos autores do período colonial, há uma predileção pelos poetas Santa Rita Durão e Basílio da Gama. Eles estão presentes nas três Histórias Literárias do grupo, com certa exaltação. O motivo é claro: para esses historiadores, eles foram os escritores brasileiros que, de maneiras mais sólidas, apontaram soluções para a proposta de emancipação literária: resolver questões de adaptação do estilo à temática nacionalista. A tentativa de construção de um poema épico brasileiro pareceu tornar possível Basílio da Gama e Santa Rita Durão poetas adequados para a concretização dos símbolos brasileiros de nacionalidade.

Dessa seleta dupla, Sotero dos Reis revela-se certo da primazia de uma epopeia brasileira. Para Sotero, por exemplo, Santa Rita Durão é digno de exaltação, pois



apresentou uma obra épica à História da Literatura Brasileira, mas também rompeu com a estagnação do gênero nas Literaturas de Língua Portuguesa desde a publicação dos textos camonianos:

Disse eu no precedente discurso, que, entre todas as epopéas de segunda ordem escriptas em Portuguez, o Caramurú deve ser reputado uma das melhores, não obstante os seus defeitos; e com effeito assim me parece, ou se attenda ao merito intrinseco do poema que não é inferior ao dos outros de sua cathegoria, ou sobre tudo á circumstancia de ser uma das que melhor preenche o fim, pela cor local que o poeta soube dar aos seus quadros, muitos dos quaes são eminentemente poeticos. Apesar de ser tão fecunda a litteratura portugueza, e do Brazil, que já se achava descoberto a mais de dois seculos, offerecer assumptos e prospectos os mais ricos e variados a todo o genero de poesia, não havia até então uma epopéa brasileira. Durão foi o primeiro que tentou a empreza [...] (REIS, 1868, p. 182).

Cônego Fernandes Pinheiro atribui pioneirismo a *Uraguai*, de Basílio da Gama, em função de ser “pois indubitavelmente [...] primeiro poema brasilico tanto na ordem chronologica, como na perfeição da obra.” (PINHEIRO, 1862, p.416). Como dissemos, essa perfeição é atingida por se centrar na História do Brasil e, também, resolver a carência de estilo poético. Para Ferdinand Wolf:

É possível que, tratando esta matéria, José Basílio tenha atendido à sua aversão pelos jesuítas e seu desejo de agradar a Pombal, mas não é menos importante observar que havia escolhido um assunto patriótico e soube encontrar em seu país os elementos de uma epopéia. Celebra, é verdade, a vitória das armas portuguesas e espanholas mas o seu maior interesse incide sobre os indígenas, pintando-lhes os caracteres e os costumes, dando-nos episódios tocantes e descrições magníficas. Põe em jogo, malgrado seu é possível, as simpatias pelos vencidos, pelas vítimas do engodo. É certamente com toda razão que José Basílio procurou os elementos poéticos no próprio Brasil. Conseguiu despertar o interesse por este país e suas particularidades e contribuiu razoavelmente par ao livre surto do sentimento nacional. [...]. Neste poema, José Basílio distingue-se por uma versificação harmoniosa e frequentemente imitativa, e acabou por adquirir, por suas outras poesias também, a reputação de mestre do estilo e da harmonia (WOLF, 1955, p. 92).

Essas considerações giram em torno sempre das mesmas constatações. As obras épicas dos poetas Basílio e Durão são precursoras do que seria a poesia brasileira propriamente dita, porque se preocuparam com a descrição ou a “pintura” dos “elementos brasileiros”, cuja simbologia maior se encontra nas temáticas épicas “indígenas”. Pelo que parece, eles só não poderiam inaugurar o momento de emancipação literária, uma vez que, para esses historiadores, a História da Literatura

Brasileira estava atrelada às concepções da periodização de independência política do país.

A valorização do Indianismo permite explicar a preferência pelas expressões contemporâneas de um Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e Norberto, por parte dessa tríade de Histórias Literárias do Brasil. Magalhães é aquele que emitiu o “brado de *independencia, ou morte*, echoando no Ypiranga das brasílias letras” (PINHEIRO, 1862, p. 536). O marco é o volume de poesias *Suspiros Poéticos e Saudades*, de 1836; mas a obra que o canoniza ou, segundo Ferdinand Wolf, “tornou o nome de Magalhães mais ilustre ainda que em virtude de suas poesias líricas e dramáticas” (WOLF, 1955, p. 219), é a epopeia *Confederação dos Tamoios*. Amigo de Magalhães, pelo qual teve acesso à produção literária do Brasil, Ferdinand Wolf o reserva um espaço significativo nas páginas d’*O Brasil Literário*, levando em conta outras obras poéticas dele, como as do gênero dramático. É possível identificar camaradagem não apenas em Wolf, mas também em Cônego Fernandes Pinheiro e Soteros dos Reis, que ultrapassa questões de mero culto Romântico à figura de Magalhães, como grande precursor da emancipação literária do Brasil. Magalhães era um “escritor consagrado e protegido pelo Imperador, chefe reconhecido da Literatura brasileira e centro de um poderoso grupo [...]” (COUTINHO, 1968, p. 87). Da mesma forma, essa camaradagem pode esclarecer o destaque dado, por exemplo, a Gonçalves Dias ou a Norberto nessas três narrativas e, por outro lado, o silêncio unívoco ao também indianista daquele período, José de Alencar. No caso do *Curso de Literatura*, de Sotero dos Reis, a camaradagem revela-se ainda mais na preferência pelo círculo intelectual de seus conterrâneos. Os escritores escolhidos pertenciam à mesma rede conservadora imperial do IHGB da qual os elaboradores das Histórias Literárias participavam. Eles obtinham a proteção do Imperador e recebiam cargos de confiança, voltados sempre para a atividade de nacionalização e de civilização do país. Nada mais natural que ganhassem destaque no aparelho canônico nacional pelos seus pares.

O caso de Norberto é ilustrativo. Como poeta, a despeito de poucas qualidades poéticas, esse escritor ainda se manteve bem recebido pela História e crítica daquele momento. Para muitos, ele era digno principalmente da carreira nacionalista. Ferdinand Wolf o aprova porque “Norberto escolheu de preferência para assunto de seus cantos as tradições, os costumes, as cenas da vida indígena e tratou-os como os das Baladas, o que aprovamos” (WOLF, 1955, p. 294). Cônego Fernandes Pinheiro reitera a idéia que “Naturalizou entre nos o Sr. Norberto a ballata, especie de poesia tão convinavel á

educação poética do povo, tão azada a alimentar nelle os sentimentos patrióticos, e o culto das grandes ideias” e reconhece o que os críticos posteriores confirmariam que “Infatigavel esmerilhador das cousas patrias possui o Sr. Norberto amplo cahedal de conhecimentos historicos e tradicionaes, de que faz o publico confidente [...]” (PINHEIRO, 1862, p. 553-56). Já a exclusão de José de Alencar, que de acordo com o tempo foi equiparado por outros historiadores da Literatura à capacidade nacionalista exemplar, é consequência da polêmica d’A *Confederação dos Tamoios* de 1856. Combatendo rigorosamente a nobreza épica da obra de Magalhães, José de Alencar estabelece rivalidades com parceiros do poeta d’A *Confederação* que saem em defesa dele, como “Araújo Porto Alegre, D. Pedro II, Frei Francisco de Monte Alverne, e diversos outros anônimos” (COUTINHO, 1968, p. 99). Cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis oferecem a José de Alencar o completo silêncio entre os poetas indianistas como Gonçalves Dias e romancistas como Joaquim Manuel de Macedo. Fica claro mais ainda que, nessas *Histórias Literárias*, à formação do cânone implicavam condições externas ao valor literário, como se pode pressupor da afirmação de Ferdinand Wolf - o único da tríade a mencionar rapidamente a obra de José de Alencar – que só “o ‘Guarani’ de Alencar pode fazer exceção, mas não conseguimos lê-lo.” Embora não explicado o porquê do impedimento da leitura, tudo leva a crer que havia as mãos de Magalhães por trás dessa questão. Foi Magalhães que selecionou as obras que eram enviadas a Ferdinand Wolf e, como vimos, o poeta brasileiro possuía vários motivos para que as obras de José de Alencar não fizessem parte das correspondências.

### *Considerações finais*

O surgimento dessas primeiras narrativas historiográficas oportuniza a confecção da História da Literatura nacional. Essas *Histórias Literárias* foram exemplo de estruturação sistemática dos discursos teóricos e metodológicos historiográficos oitocentistas sobre a Literatura nacional com relação à periodização, à análise literária, à conceituação de “Literatura nacional”, à formação do cânone literário, entre outros aspectos. Elas motivaram a produção historiográfica posteriores, uma vez que se tornaram institucionalmente o veículo discursivo mais adequado para a invenção e a convalidação de nossa tradição literária, especialmente, por trazer o selo oficial do patrocínio imperial.

## Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: NOVAES, Fernando (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- AUERBACH, Erich. *Introdução aos Estudos Literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.
- ABREU, Márcia. *Cultura Letrada: Literatura e Leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- BARBOSA, João Alexandre. A Biblioteca Imaginária ou O Cânone na História da Literatura Brasileira. In: *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BOSI, Alfredo. Por um Historicismo Renovado: Reflexo e Reflexão em História Literária. In: *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos (1750-1880)*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. São Paulo: Martins, 1971
- \_\_\_\_\_. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: EdUSP, 1988
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1959. 1 v.
- CESAR, Guilhermino. (Org.) *Historiadores e Críticos do Romantismo: A Contribuição Européia – Crítica e História Literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1978.
- COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada: O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Edusp, 1968.
- DENIS, Ferdinand. Resumo da história literária do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino (org.). *Historiadores e Críticos do Romantismo: A Contribuição Européia: Crítica e História literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EdUSP, 1978. p. 35-82.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.
- HADDAD, Jamil Almansur. Ferdinand Wolf e a Aurora do Romantismo Nacional. In: WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil: Estudo Preliminar. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, vol. 5, n. 2, agosto de 1999, p. 27-39.
- MELO, Carlos Augusto de. *A Formação das Histórias Literárias no Brasil: as contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), de Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História e do Esquecimento: A Construção do Brasil em Dois Manuais Didáticos de História na Segunda Metade do Século XIX*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- MIRANDA, José Américo. Introdução. In: SOUSA E SILVA, Joaquim Noberto. *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1997.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalidade e Originalidade: A Formação da Literatura Brasileira no Pensamento Crítico do Romantismo*. 1989. 275 f. Tese (Doutorado em

Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso Elementar de Literatura Nacional*. 3 ed. Rio de Janeiro: INL/Ministério da Educação e Cultura, 1978.

\_\_\_\_\_. *Resumo de História Literária*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1883.

REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. Maranhão: Typ. de B. de Mattos, 1866-1873. 5 v.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de Fundação: Varnhagen e Alencar – Projetos de Narrativa Instituinte*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Literatura Brasileira. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, ano IV, t.XVI, out./dez. de 1862.

SOUZA, Roberto Acízelo de. Introdução. In: PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

\_\_\_\_\_. A Idéia de História da Literatura: Constituição e Crises. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.) *Histórias da Literatura: Teorias, Temas e Autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

WEBER, João Hernesto. *A Nação e o Paraíso: A Construção da Nacionalidade na Historiografia Literária Brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário*. Tradução de Jamil Almansur Haddad. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1955.

#### Notas

<sup>1</sup> Recorte de minha tese de Doutorado (MELO, 2009).

<sup>2</sup> Esse texto foi publicado posteriormente na edição dos *Opúsculos históricos e literários* (Rio de Janeiro: Garnier, 1865, tomo VIII, p. 239-71) sob o título de “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”. Recentemente, as pesquisadoras Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira publicaram-no com a grafia atualizada nos *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. v. 5, n. 2, Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, agosto/1999.

<sup>3</sup> A expressão faz alusão ao Rio de Janeiro, à “corte da monarquia, o centro cultural, político e econômico do território nacional – desfrutando no século XIX de uma preeminência que nenhuma outra cidade brasileira jamais virá a ter [...]” (ALENCASTRO, 1997, p.10).

<sup>4</sup> Em nota de rodapé à obra *Introdução à historiografia da literatura brasileira* (2007), o professor Roberto Acízelo interpreta que a adoção d’*O Brasil literário*, de Ferdinand Wolf, demonstra “o caráter ainda precário da presença institucional da literatura brasileira, pois é sintoma da carência de materiais disponíveis para estudo.” Mais adiante: “O austríaco, por sua vez, além de também ter influído no meio brasileiro por seus incentivos para a adoção de uma perspectiva nacionalista na produção e apreciações literárias, tornou-se importante referência didática, pela circunstância de sua obra – escrita originalmente em alemão, depois traduzida para o francês e publicada em Berlim sob os auspícios do imperador Pedro II – figurar entre os compêndios adotados na escola brasileira do século XIX.” (p. 18 e p. 32).

<sup>5</sup> Nas citações, mantiveram-se a grafia original das palavras e a estrutura sintática, constantes nos textos oitocentistas.

Artigo recebido em 10/08/2013. Aprovado em 29/09/2013.